O CASO “BRASIL VERDE”: AVANÇOS E RETROCESSOS NO ESTUDO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

THE “BRASIL VERDE” CASE: ADVANCES AND SETBACKS IN THE STUDY OF SLAVE LABOR IN BRAZIL

Juvêncio Borges Silva¹

Marília Meorim Ferreira de Lucca e Castro²

Denriellen Christ Ribeiro Soares³

RESUMO

Apesar da abolição da escravidão no Brasil em 1888, o país ainda se depara com grande número de trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão – denominada “escravidão contemporânea”, que não mais se fundamenta exclusivamente na raça e cor, mas na situação econômica, social e cultural. De tal modo, o presente artigo tem o objetivo de analisar a problemática da escravidão contemporânea no Brasil, a partir da perspectiva humanística em âmbito nacional e internacional, fundamentando-se em um caso concreto que resultara na condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para tanto, será adotado o método dedutivo e qualitativo, por meio de pesquisas doutrinárias, artigos científicos e legislação, objetivando trazer à lume reflexões do assunto.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea. Dignidade da pessoa humana. Direitos humanos do trabalhador. Corte Interamericana de Direitos Humanos.

ABSTRACT

Despite the abolition of slavery in Brazil in 1888, the country still faces a large number of workers rescued from situations analogous to slavery – called “contemporary slavery”, which is no longer based exclusively on race and color, but on the economic, social and cultural situation. Therefore, this article aims to analyze the problem of contemporary slavery in Brazil,

¹ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação da UNAERP. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca. Licenciado em Ciências Sociais pela FAFIPA. Mestre pela UNICAMP, Doutor pela UNESP Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra/Portugal. E-mail: juvenciborges@gmail.com

² Advogada, graduada em direito pela Faculdade de Direito de Franca – FDF (2007), especialista em Ciências Penais pela Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina - 2011), especialista em Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública pela Uniderp (Universidade Anhanguera - 2014), especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Damasio (2018), membro do Grupo de Estudos Contemporaneidade e Trabalho – GPCeT da UNAERP desde 2018, mestranda em Direito Coletivo e Cidadania pela UNAERP. Email: mariliahanna@hotmail.com

³ Advogada, graduada em direito pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP (2023), membro do Grupo de Estudos Contemporaneidade e Trabalho – GPCeT da UNAERP desde 2021, membro do Grupo de Pesquisa Evolução e Diversidade – GED desde 2023. Email: deenhi_soares@hotmail.com

from a humanistic perspective at a national and international level, based on a particular case that resulted in Brazil's conviction in front of the Inter-American Court of Human Rights. For this purpose, the deductive and qualitative method will be adopted, through doctrinal research, scientific articles and legislation, aiming to bring to light reflections on the subject.

Keywords: Contemporary slavery. Human dignity. Workers' human rights. Inter-American Court of Human Rights.

INTRODUÇÃO

Com a abolição da escravidão em 1888, o Brasil passou a rechaçar o exercício do direito de propriedade entre os seres humanos e sua coisificação. Todavia, a assinatura da Lei Aurea, sem prévio estudo, planejamento e suporte aos libertos, não permitiu a implementação das mudanças estruturais almejadas pelos abolicionistas e muito menos pelos recém libertados.

A libertação dos negros, nas palavras de Simón e Melo (2017, p. 107) resultou muito mais em razões econômicas do que humanitárias, posto que na época o mundo passava por modificações econômicas graças à Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, na segunda metade do Século XVIII. O período foi marcado por grande desenvolvimento tecnológico, surgimento das indústrias e consolidação do capitalismo. Essas características eram, portanto, incompatíveis com o sistema escravocrata.

Acontece que, a partir da abolição da escravatura, o Brasil passou a valer-se da mão-de-obra de imigrantes europeus em detrimento dos ex escravos. Para Schwarz (2008, p. 110-111)⁴, a legislação que substituiu o escravismo foi pautada pela proteção dos tomadores de serviço, em detrimento dos colonos ao regulamentar imposições e condições aos trabalhadores livres tão severas que os reduziram a trabalhadores servis.

Ao contrário do esperado, portanto, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre privilegiou e fomentou a vinda de imigrantes europeus em detrimento daquela mão de obra recém liberta, já que se pautou a partir de interesses de ocupação da terra e exploração, perpetuando-se o sistema territorial agrícola em que a escravidão era inserida e não na valorização e liberdade de trabalho e muito menos nos ideais capitalistas.

⁴ SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Os limites do combate à escravidão no Brasil: reflexões sobre o combate à escravidão contemporânea no Brasil a partir de uma perspectiva garantista e democrática dos direitos sociais. *Revista Trabalhista Direito e Processo*. Ano 7, n. 25, Jan/Mar, 2008a, São Paulo:LTTr, 2008.

O resultado da utilização da mão de obra imigrante trouxe problemas consideráveis aos ex escravos, já que tinham liberdade formal, mas estavam impossibilitados do exercício de trabalho remunerado e manutenção da própria sobrevivência, o que fomentou o processo de exclusão social e marginalização. O fato de ter sido abolida a escravidão naquela oportunidade, não libertou o Brasil de ser um país escravocrata.

Para Santos (2003, p. 54)⁵, vivemos até os dias atuais numa escravocracia camuflada, pois não somente os negros estão relegados à herança negativa da escravidão oficial, como também os brancos, pobres, mulheres e crianças são submetidos a verdadeiros regimes escravocratas de trabalho nas mais diversas regiões do País; desde as mais industrializadas, como o Sul e o Sudeste, às menos desenvolvidas, como Norte e Nordeste.

Passados anos da abolição da escravatura, outras formas de trabalho escravo foram surgindo, adaptadas a realidade social atual. É obvio que houve avanços legislativos e sociais, mas ainda retrocedemos em questões importantes quando a dignidade da pessoa humana não é verdadeiramente protegida e elevada a primeiro plano. Prova disso, foi que o Brasil se tornou o primeiro país a ser condenado por escravidão contemporânea pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Referida condenação demonstra, não somente a necessidade imperiosa de se adotar políticas públicas verdadeiramente voltadas para a consecução e efetivação dos direitos e princípios basilares ligadas à humanidade como, de outra banda, ratifica a relevância do presente trabalho no sentido de emulsionar a discussão em relação ao alijamento dessa parcela da população, o que se vê materializado pela aludida condenação.

2 ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

2.1 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL E NACIONAL

Logo nos pós Primeira Guerra Mundial, com a formação da Liga das Nações, foi adotada a Convenção sobre a Escravatura em 1926, que definiu escravidão, no artigo 1º como “o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade”. O artigo 2º da Convenção estabelece aos Estados-parte o

⁵ SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. *Revista do MPT*. Brasília, Procuradoria Geral do Trabalho; São Paulo: LTr, n. 26, set. 2003.

compromisso para impedir e reprimir o tráfico de escravos e promover, logo que possível, a abolição completa da escravidão em todas as suas formas. Por sua vez, o artigo 5º distingue escravidão de trabalho forçado, afirmando que “o trabalho forçado ou obrigatório somente pode ser exigido para fins públicos” e demanda o comprometimento dos Estados-parte para “evitar que o trabalho forçado ou obrigatório produza condições análogas à escravidão”.

Enquanto a Convenção sobre a Escravatura exigia a abolição da escravidão logo que possível e de forma progressiva, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 elucida a intolerância à prática escravagista ou servidão de qualquer forma, ao estabelecer que ninguém deve ser mantido sobre este tipo de regime, proibindo, além da escravidão, o tráfico de pessoas, e discorre que ninguém será submetido à tortura, castigo cruel, desumano ou degradante. A Corte Universal de Justiça estabelece como obrigação do Estado, perante toda comunidade internacional, a proteção contra a escravidão.

Em âmbito laboral, a Organização Internacional do Trabalho, em 1930, por meio da Convenção nº 29 tratou do trabalho forçado ou obrigatório, pela qual os seus signatários se obrigam a suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as formas “no mais curto prazo possível”. O Brasil é signatário da Convenção desde 1957, nos termos do Decreto nº 41.721/57. A propósito, no mesmo ano de 1957, a Convenção nº 29 foi complementada pela Convenção nº 105 reforçando o compromisso de erradicação da escravidão.

Em 1965, a Convenção Suplementar das Nações Unidas sobre a Abolição da Escravidão, Tráfico de Escravos e Instituições e Práticas Semelhantes à Escravidão de 1965, em seu artigo. 1, §1º, descreve a “servidão por dívidas” como uma das formas de trabalho em condições análogas à de escravo.

Em 1969, foi editada a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que proíbe expressamente, em seu artigo 6 a escravidão ou a servidão e o tráfico de escravos e de mulheres. O Decreto nº 678 de 1992 promulga a convenção no Brasil.

Por fim, o Protocolo de Palermo, incorporado pelo Brasil através do Decreto 5.017/2004, trata sobre o tráfico de pessoas, coibindo o emprego de formas de trabalho análogas à escravidão. A Lei nº 13.444/2016 também dispõe sobre a prevenção e repressão ao tráfico

⁶ A servidão por dívidas, isto é, o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida

interno e internacional de pessoas, acrescentando ao Código Penal brasileiro o art. 149-A, que criminaliza a conduta de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo (inciso II).

Norberto Bobbio afirma que existe um “valor absoluto” que cabe a poucos direitos humanos, um “estatuto privilegiado”, “que se verifica muito raramente, é a situação na qual existem direitos fundamentais que não estão em concorrência com outros igualmente fundamentais”⁷. Em seus ensinamentos, o autor poderia ter incluído o fato de que a Convenção Americana (artigo 27) enumerou situações em que há suspensão de direitos, como a guerra ou outra emergência. Porém, manteve no artigo 2 que nenhuma circunstância autoriza a suspensão de direitos determinados e nem a suspensão de garantias indispensáveis à proteção. Dito isso, podemos concluir que a proibição à escravidão, faz parte deste núcleo de direitos protegidos e não sujeitos à suspensão⁸.

Em âmbito nacional, o combate ao trabalho análogo ao de escravo encontra guarida na Constituição Federal de 1988 ao estabelecer a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 1º, III e IV). Não se olvide também que o Brasil se rege em suas relocações internacionais pela prevalência dos direitos humanos entre outros.

Relevado a condição de direito fundamental, prevê o artigo 5º, inciso XXIII que ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante, além de se estabelecer no art. 170 que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho, com a finalidade de se garantir a todos, a existência digna.

Não bastasse, o art. 243 da CF estabelece que as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem encontradas exploração de trabalho escravo, serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo as demais sanções previstas em lei. Bens de valores econômicos apreendidos em decorrência desse tipo de exploração da mão de obra serão confiscados e revertidos para um fundo especial, com destinação específica.

Em âmbito infralegal, a prática de reduzir alguém a condição análoga a de escravo é tipificada como crime, nos termos do art. 149 do Código Penal (redação dada pela Lei

⁷ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

⁸ A Corte Interamericana de Direitos Humanos rememorou a tese acima na sentença contra o Brasil no caso da fazenda Brasil Verde.

10.803/2003), com pena de reclusão de dois a oito anos e multa, além da pena correspondente à violência.

Além disso, o Código Penal também tipifica duas outras condutas como criminosas nos arts. 203 e 207. O primeiro incrimina a conduta de frustrar, mediante violência ou fraude, direito assegurado pela legislação do trabalho, cominando pena de detenção de um a dois anos, além de multa e da pena correspondente à violência. No segundo artigo, é tipificada a conduta de se aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los para outra localidade do território nacional, aqui a pena prevista é de detenção de um a três anos e multa.

Por sua vez, a Consolidação das Leis do Trabalho previa penalidades agravadas para fins de multas administrativas, nos casos de infração às leis trabalhistas, quando houvesse trabalhadores em situação análoga a de escravo, nos termos da Medida Provisória nº 905 de 2019, que teve sua vigência encerrada em abril de 2020. Inclusive, o texto previa que o critério da dupla visita não seria aplicado nestas situações.

Em 2017 o Brasil passou por um retrocesso legislativo, segundo especialistas. A Reforma Trabalhista veio com a roupagem de flexibilizar direitos, mas, para os especialistas, ela dificulta o combate ao trabalho análogo ao escravo. Para o auditor fiscal do trabalho, Luís Alexandre de Faria, “as mudanças criam condições legais e permitem que a legislação banalize aquelas condições que identificamos como trabalho análogo ao escravo”.

No mesmo ano, o Ministério do Trabalho publicou a portaria MTB Nº 1129/2017, que modificou o conceito de trabalho escravo, o caracterizando apenas quando houvesse restrição de liberdade do trabalhador. Tal definição é contrária ao disposto no artigo 149 do Código Penal, pois este dispõe que a incorrência em qualquer um dos quatro elementos nele previsto é suficiente para caracterizar o trabalho escravo. Trouxe ainda novas regras sobre a publicação da lista suja. Nas palavras do coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do MPT, Tiago Muniz Cavalcanti, o Brasil segue na contramão dos compromissos firmados em âmbito internacional:

O governo está de mãos dadas com quem escraviza. Não bastasse a não publicação da lista suja, a falta de recursos para as fiscalizações, a demissão do chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), agora o ministério edita uma portaria que afronta a legislação vigente e as convenções da OIT.⁹

⁹ CAVALCANTI, Tiago Muniz. *Neoabolucionismo & Direitos Fundamentais*. São Paulo: LTr, 2016.

A portaria foi fortemente criticada pelo Ministério Público do Trabalho que juntamente com o Ministério Público Federal lutaram pela revogação, o que aconteceu somente em 2019.

Especificamente em relação à servidão por dívidas (modalidade de trabalho escravo contemporâneo), a Constituição Federal garantiu a irredutibilidade salarial em seu art. 7º, inciso VI. A Consolidação das Leis do Trabalho, por sua vez, cuidou de prever a irredutibilidade, além de estabelecer medidas que vedem a prática do *truck system* (art. 462, §§ 2º e 3º). Ainda, o mesmo diploma legal traz determinação expressa de que o salário deve ser pago em espécie, além de trazer inúmeras contribuições acerca de duração de jornada, limite diário para as horas extras e regras de saúde e higiene do trabalho. Por fim, a Lei a Lei 5.889/73 consagra os mesmos princípios referidos acima aplicados ao trabalho rural.

2.2 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Em termos normativos, verificou-se que o Brasil veda a prática de trabalho escravo em seu território, especialmente por consagrar os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana. Todavia, pontua Schwarz (2008, p. 81)¹⁰ o país ainda convive com a escravidão e com as chagas econômicas, sociais e culturais que dela concorrem e que são, em certo grau, também dela decorrentes.

Segundo Gil (2015, p. 95)¹¹, o trabalho escravo contemporâneo no Brasil floresceu nas décadas de 50 e 60, inicialmente nas regiões centro-oeste e norte do país, especialmente no setor agropecuário. No entanto, essa chaga hoje se encontra espalhada por todas as regiões do Brasil.

De início, conforme assinala Schwarz, a configuração contemporânea de escravidão não pode, evidentemente, ser associada à incidência do direito de propriedade sobre a pessoa, que historicamente caracterizou o escravismo. Assim, a expressão clássica do escravismo, segundo a qual o escravo é uma coisa ou, no máximo, um semovente, não se demonstra útil para a efetiva caracterização do escravismo contemporâneo (2008, p. 109).

¹⁰ SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Os limites do combate à escravidão no Brasil: reflexões sobre o combate à escravidão contemporânea no Brasil a partir de uma perspectiva garantista e democrática dos direitos sociais. *Revista Trabalhista Direito e Processo*. Ano 7, n. 25, Jan/Mar, 2008a, São Paulo: LTr, 2008, p. 81.

¹¹ GIL, Vilma Dias Bernardes. *Fiscalização e trabalho forçado*. In: FREDIANI, Yone; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli (Orgs.). *Direitos Fundamentais nas relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2015, p. 95.

Por sua vez, Cavalcante (2016, p. 72)¹² verifica alguma similitude nas características subjetivas escravagistas coloniais daquelas praticadas no período pós abolição, ao traçar um paralelo entre fazendeiro e senhor de engenho; gato e feitor e o trabalhador pobre e vulnerável com o negro traficado. Continua sua tese ao reforçar que as características da escravidão contemporânea não se destoam por completo do padrão histórico, já que em ambos os períodos a limitação da capacidade de o homem fazer escolhas livres e de acordo com sua autodeterminação, retiram dele o domínio sobre si, objetificando-o.

Por qualquer prisma que se analisa a questão, é inegável que a análise sobre a escravidão contemporânea precisa ser estudada sob a ótica da dignidade da pessoa humana. Para facilitar a compreensão, inclusive por ser dignidade conceito muito amplo, optou-se neste trabalho por distinguir quais as situações que impliquem em ofensa à dignidade da pessoa humana ao invés de atribuir-lhe conceito preciso.

Para tanto, tratar-se-á da construção do conceito de trabalho digno, já que seria impossível enumerar todas as possibilidades de trabalho realizado em situações que afrontem a dignidade humana. De início, forçoso lembrar que a dignidade impede que o homem seja tratado como mero objeto ou instrumento como meio para a obtenção de determinado fim. O ser humano é o fim em si mesmo, não sendo admitida sua coisificação.

Para Gabriela Delgado (2006, p.203), “o trabalho, enquanto direito universal fundamental, deve fundamentar-se no referencial axiológico da dignidade da pessoa humana”. Assim, o “trabalho não violará o homem enquanto fim em si mesmo, desde que prestado em condições dignas. O valor da dignidade deve ser o sustentáculo de qualquer trabalho humano”. Continua sua tese afirmando que se “o direito ao trabalho não for minimamente assegurado, não haverá dignidade humana que sobreviva” e que a proteção conferida pela Constituição da República de 1988 refere-se ao trabalho digno. Assim sendo, os direitos de indisponibilidade absoluta devem ser considerados como patamar mínimo civilizatório para a preservação da dignidade do trabalhador, pois se constituem como “o centro convergente dos Direitos Humanos” ao se revelarem como “direitos fundamentais do homem.

A Organização Internacional do Trabalho define trabalho decente como sendo aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. A concepção de trabalho decente para a OIT¹³ apoia-se em

¹² CAVALCANTI, Tiago Muniz. *Neoabolucionismo & Direitos Fundamentais*. São Paulo: LTr. 2016. p. 72.

¹³ AGENDA, 2006. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br> aceso em 10.08.2022

quatro pilares: “(i) o respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); ii) promoção do emprego de qualidade; iii) extensão da proteção social; iv) diálogo social.

Por sua vez, o Brasil assumiu o compromisso de promover o trabalho decente, como uma das prioridades políticas, no ano de 2003, por meio do Memorando de Entendimento que previu o estabelecimento e Programa Especial de Cooperação Técnica para promoção da Agenda de Trabalho Decente, fundamentada a partir de três pilares: gerar mais e melhores empregos; erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil; e fortalecer os atores tripartites e promover o diálogo social como instrumento de governabilidade e democracia¹⁴.

Conforme ensinamentos de Brito Filho (2004, p. 51-54) o conjunto mínimo de direitos dos trabalhadores compõe-se do direito ao trabalho como principal meio de sobrevivência daqueles não detentores do capital que vendem sua força de trabalho; da liberdade de escolha do trabalho e, direito de nele, quando obtido emprego, encontrar condições justas, tanto no tocante à remuneração como no que diz respeito ao limite de horas trabalhadas e períodos de repouso. Garante ainda o direito dos trabalhadores de se unirem em associação, com o objetivo de defesa de seus interesses.

O direito ao trabalho digno e decente é o sustentáculo dos demais direitos e dever do Estado de criar condições para que o trabalhador consiga fornecer subsídios mínimos para sua sobrevivência e de sua família. Assim, lança-se críticas ao atual modelo permissivo de descumprimento desses preceitos civilizatórios mínimos, exaltadas pelas altas taxas de desocupação, que embora tenha apresentado queda em 22 unidades da federação no 2º trimestre de 2022, frente ao tri anterior, refletindo a redução, disseminada nos estados, do índice nacional de 11,1% para 9,3% no período, ainda se revela muito alto (Fonte IBGE¹⁵).

Podemos, portanto, concluir que o trabalho realizado em condições análogas a de escravo, ou trabalho escravo contemporâneo é aquele que resulta das seguintes situações, quer com conjunta ou isoladamente: a submissão do trabalhador a trabalhos forçados, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho; restrição da locomoção (seja em razão de dívidas

¹⁴ AGENDA, 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br> acesso em 10.08.2022.

¹⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34643-desemprego-tem-queda-em-22-estados-no-2-trimestre-de-2022> acesso em 10.08.2022.

contraídas, seja por meio do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte, pelo empregados, a fim de retê-lo no local da prestação de serviços); vigilância constante do empregador ou preposto para se evitar fuga e fiscalização; retenção de documentos ou objetos pessoais para que o trabalhador permaneça no local do trabalho.

Fato é que o Brasil ainda convive com esta triste realidade: foram encontradas 1.937 pessoas em situação de escravidão contemporânea no ano de 2021, maior número desde o ano de 2013, em que foram encontradas 2.808 pessoas nessas condições¹⁶. Ainda que o comportamento escravizante seja vedado pelo ordenamento jurídico pátrio e pela legislação internacional¹⁷, empregadores obstinados pelo acúmulo de capital insistem em subverter a ordem dando sobrevida à prática do trabalho escravo no país.

A escravidão contemporânea vitimiza principalmente no meio rural. Esses trabalhadores são contratados para trabalhar em especial na agricultura e pecuária, extração de madeira e produção de carvão, embora ainda remanesça trabalho análogo ao de escravos no meio urbano, seja na indústria têxtil seja na condição de empregados domésticos.

3 CONDENAÇÃO DO BRASIL POR ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E OUTRAS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos já condenou o Brasil em seis oportunidades, por violações aos direitos humanos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos.

A primeira condenação foi do caso Damião Ximenes Lopes¹⁸, paciente psiquiátrico no Hospital Psiquiátrico Casa de Repouso Guararapes, localizado em Sobral, no Ceará. Damião foi internado no referido hospital no dia 1º de outubro de 1999 e, no dia 4 de outubro de 1999, sua mãe, ao fazer uma visita encontrou o filho com as mãos amarradas, o nariz sangrando, a cabeça inchada e os olhos quase fechados. A mãe indignada, voltou a sua cidade em busca de apoio dos familiares, mas antes que chegasse, recebeu a notícia da morte do filho (Lima; Pontes, 2015). Uma das medidas adotadas foi a Lei nº 10.216/2001, que trata sobre a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais.

¹⁶ <https://reporterbrasil.org.br/2022/01/brasil-fecha-2021-com-1937-resgatados-da-escravidao-maior-soma-desde-2013/> acesso em 13.08.2022

¹⁷ (ver arts. 1º, caput, e incisos III e IV; 3º; 4º; 5º, caput, e incisos III, X, XIII, XV, LXVII e parágrafo 2º; 170) e art. 149 do Código Penal; tratados e convenções internacionais (Ex: Convenções 29, ratificada em 1930, e 105, ratificada em 1957, ambas da OIT).

¹⁸ https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_149_por.pdf

A segunda condenação diz respeito a Nogueira Carvalho¹⁹. O Brasil foi condenado pela presumida falta de devida diligência no processo de investigação dos fatos e punição dos responsáveis pela morte de Francisco Gilson Nogueira de Carvalho (doravante denominado “Gilson Nogueira de Carvalho” ou “o advogado”) e da falta de provisão de um recurso efetivo neste caso. A Comissão salientou que as supostas vítimas são os pais de Gilson Nogueira de Carvalho, advogado defensor de direitos humanos que dedicou parte de seu trabalho profissional a denunciar os crimes cometidos pelos “meninos de ouro”, um suposto grupo de extermínio de que fariam parte policiais civis e outros funcionários estatais, e a impulsionar as causas penais iniciadas em decorrência desses crimes.

O terceiro caso que recebeu uma condenação pela Corte IDH foi “Escher e outros”²⁰. Tratou-se de uma autorização judicial, não fundamentada e sem a prévia oitiva do Ministério Público, que autorizou a polícia militar, incompetente para investigar, a grampear linhas telefônicas de cooperativas de trabalhadores ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os grampos foram realizados por quarenta e nove dias e posteriormente, em coletiva de imprensa, as gravações foram divulgadas, no intento de criminalizar o MST. O Brasil foi condenado a indenizar as vítimas, investigar os fatos e reparar os danos causados.

A quarta condenação ficou conhecida como “Garibaldi”²¹. Em 27 de novembro de 1998, o trabalhador rural Sétimo Garibaldi morreu após ser baleado na coxa por pistoleiros na cidade de Querência do Norte (PR), durante operação extrajudicial de despejo de famílias de trabalhadores ligadas ao MST, que haviam ocupado naquele mês a Fazenda São Francisco. O caso foi arquivado pela polícia local, mesmo havendo indícios suficientes e autoria e testemunhas. O Brasil foi condenado a dar ampla publicidade à decisão, buscar identificar os responsáveis pela morte de Sétimo Garibaldi, investigar eventuais falhas funcionais, por funcionários públicos a cargo do inquérito, indenizar a família da vítima, entre outras.

Guerrilha no Araguaia” ou “Gomes Lund e outros” foi o quinto caso submetido à Corte IDH pelo qual o Brasil foi responsabilizado pela tortura e desaparecimento das pessoas e entendeu que a Lei de Anistia é incompatível com as regras da Convenção Americana de Direitos Humanos. Durante a ditadura militar, aproximadamente 70 militantes contra a ditadura se dirigiram à região do Rio Araguaia, no Pará. Esses militantes eram perseguidos pois

¹⁹ https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_161_por.pdf

²⁰ https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf

²¹ https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_203_por.pdf

buscavam conscientizar as pessoas de locais onde não havia saneamento, saúde e escolas para se engajarem a favor de uma política socialista, que seria atingida através de luta armada. Cerca de 90 pessoas aderiram ao “movimento”, entre militantes e camponeses. Até o final do ano de 1973, antes da própria guerrilha acontecer, todos os militantes em prol da guerrilha haviam sumido.

No sexto caso, O Brasil se tornou o primeiro país a ser condenado por escravidão contemporânea pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – órgão jurisdicional da OEA responsável por fiscalizar o cumprimento das obrigações presentes nos tratados²².

A sentença prolatada por juízes membros da Corte em 20 de outubro de 2016, que somente foi divulgada no dia 15.12.2016, considerou o Estado brasileiro responsável pela violação ao direito de não ser submetido à escravidão e ao tráfico de pessoas.

O caso refere-se ao resgate de 85 trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, no Pará, em 2000. Em suma, duas pessoas, das quais uma ainda criança, escaparam da fazenda onde trabalhavam em situação análoga a de escravo. Após a fuga, denunciaram a existência de ameaças de morte contra quem fugisse da fazenda, a proibição de sair livremente, a existência de um salário ínfimo ou até falta deste, o endividamento com o fazendeiro, a falta de moradia, comida e condições de saúde dignas. As atividades eram desempenhadas sob ameaça e vigilância armada.

Esses trabalhadores foram aliciados por um ‘gato’ (pessoa que contrata mão-de-obra para fazendeiros e empresários) nos locais mais pobres do país. A viagem até a fazenda durou vários dias em caminhões, ônibus e trens. Ao chegarem, já tiveram a carteira de trabalho confiscada e assinaram papéis em branco. Foram ainda submetidos à jornada de trabalho exaustiva (cerca de 12 horas diárias), com intervalo para refeição e descanso restrito a 30 minutos, com apenas um dia de folga por semana.

O caso foi encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela Pastoral da Terra e pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional, que, após as infrutíferas recomendações, concluiu pela condenação do Brasil a nível internacional, já que o Estado soube da existência dessas práticas desde, pelo menos 1989, quando se iniciaram as primeiras denúncias de aliciamento, de trabalho forçado, servidão por dívidas e pela situação de impunidade.

²² Sentença – CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE - https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf

Devido à falta de diligência requerida e ante a gravidade dos fatos, da situação de vulnerabilidade das vítimas e de sua obrigação internacional de prevenir a escravidão, o Brasil terá que ressarcir as vítimas pelos danos materiais e imateriais sofridos bem como investigar fatos relacionados às violações de direitos humanos relativas ao trabalho escravo, em prazo razoável com a devida punição; deverá tomar medidas de satisfação e garantias de não repetição, quais sejam: i) publicação de sentenças emitidas pela CIDH; ii) imprescritibilidade do delito de trabalho escravo – o Brasil terá prazo para readequar seu ordenamento jurídico interno a fim de garantir que a prescrição não seja aplicada à redução de pessoas à escravidão e a suas formas análogas; iii) políticas públicas para prevenir e castigar o trabalho escravo.

A sentença apresentada pela Corte, embora condenatória, traça um marco importante para ações de prevenção e repressão ao trabalho escravo e reinserção das vítimas, tanto que já no dia 13 de dezembro de 2016, foi lançado o "Pacto Federativo para a Erradicação do Trabalho Escravo".

O cumprimento da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, aos poucos, está tomando forma. A evolução ocorre de forma lenta e gradativa, mas ocorre. Aos poucos, políticas públicas são criadas ou aprimoradas, e legalmente, vemos pequenos avanços, que, enquanto forem avanços, devem ser considerados de forma positiva. A Corte IDH, por seu turno, segue com o procedimento de supervisão do cumprimento da sentença, que nos termos da disposição de nº 14 da sentença condenatória, deverá se estender até o total cumprimento pelo Estado, momento em que o caso será finalmente considerado concluído.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO E AMPLIAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES

Dentre as constatações observadas pela sentença condenatória no caso Fazenda Brasil Verde, foi a falta de medidas adequadas e eficientes para combater o trabalho escravo. Para tal desiderato, importante se faz a implementação de políticas públicas e fiscalização para que a prática predatória homem vs. homem diminua até extinguir-se.

Em setembro de 2004, foi criada a portaria nº 540, revogada pela portaria nº 02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego e, posteriormente pela nº 4/2016, que instituiu a “lista suja”, na qual, empregadores que, em fiscalização, forem encontrados utilizando mão

de obra escrava, têm seu nome divulgado na lista por dois anos (Ministério do Trabalho e Emprego, 2004).

Durante esses dois anos, os órgãos competentes deveriam fiscalizar as empresas/empregadores. Caso não reincidissem, após os dois anos, poderiam ter seu nome retirado. A divulgação da “lista suja” foi impedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob o argumento de que tal medida não estava amparada pela legislação. Porém, a Portaria nº 4/2016, trouxe a possibilidade da divulgação novamente (Arbex; Galiza; Oliveira, 2018)²³.

Em 2006 foi criada a Agenda Nacional do Trabalho Decente, elencando três prioridades gerais, dentre as quais está a erradicação do trabalho escravo. Em todas elas, políticas públicas são citadas em linhas de ação (Ministério do Trabalho e Emprego, 2006).

No Governo Michel Temer a bancada ruralista entregou um conjunto de reivindicações - Pauta Positiva. Entre as reivindicações, estava a “diferenciação entre o trabalho escravo, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva”, bem como o estabelecimento de limites aos auditores do trabalho e às Normas Reguladoras do Trabalho (NR’s) (Arbex; Galiza; Oliveira, 2018). As reivindicações deram origem a Portaria nº 1.129, do Ministério do Trabalho, pouco antes da condenação Fazenda Brasil Verde, que modificou o conceito de trabalho escravo, gerando um retrocesso no combate a tal prática. Muito criticada por juristas e órgãos públicos, principalmente o Ministério Público do Trabalho, a Portaria foi revogada (Arbex; Galiza; Oliveira, 2018).

Na condenação Fazenda Brasil Verde, além de outras reparações, foi determinado que o Brasil adotasse medidas eficientes que garantam a não aplicação da prescrição no crime internacional de trabalho escravo e suas condições análogas. A par disso, o Senador Antonio Carlos Valadares apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC)²⁴, em 2017, que tornando o crime de trabalho escravo, imprescritível. Todavia, foi arquivada ao final da legislatura em 21.12.2018.

Elaborado com apoio da OIT, o Fluxo Nacional de Atendimento às vítimas de Trabalho Escravo²⁵ orienta as práticas de denúncia, planejamento, resgate e pós-resgate das vítimas de trabalho análogo à escravidão. O documento passou a integrar o ordenamento

²³ ARBEX, A.; GALIZA, M.; OLIVEIRA, T. *A política de combate ao trabalho escravo no período recente*. Mercado de trabalho. Repositório Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, DF, p. 111-137, abr. 2018.

²⁴ BRASIL, 2017, <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5217075&disposition=inline>>

²⁵ <https://brasil.un.org/pt-br/152114-brasil-consolida-politica-publica-de-assistencia-vitimas-de-trabalho-escravo>

jurídico interno após a Portaria do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, anunciado do Diário Oficial da União em 07.10.2021.

O Fluxo nacional de Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo funciona por meio de canal de denúncias, estabelece um norte para a atuação dos entes federativos e atores sociais envolvidos no combate ao trabalho escravo. Além disso, define os papéis e responsabilidades de cada um dos atores e padroniza o atendimento às vítimas resgatadas e assegura apoio especializado e humanizado, com encaminhamento às políticas e serviços públicos pertinentes a cada caso.

Aliado a isso, o decreto 10.282, de 20 de março de 2020, definiu a fiscalização como atividade pública essencial na pandemia. Com isso, as operações continuaram sendo realizadas, resgatando, inclusive, trabalhadores doentes com covid-19. No ano de 2021, foram encontradas 1.937 pessoas em situação de escravidão contemporânea. Ao todo, foram 443 operações – um recorde desde a criação dos grupos especiais de fiscalização móvel, base do sistema de combate à escravidão no país, em maio de 1995²⁶.

Ao todo, foram R\$ 10.229.489,83 de verbas salariais e rescisórias pagas aos trabalhadores no momento dos resgates, também o maior valor já desembolsado por empregadores em um ano de fiscalizações. Por conta das operações, foram recuperados mais de R\$ 3,7 milhões para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

As operações de resgate são realizadas por grupos especiais, coordenados por auditores fiscais do trabalho em parceria com o Ministério Público do Trabalho e da União, Polícia Federal e Rodoviária e Defensoria Pública da União. Além desses órgãos, também são realizados os trabalhos em conjunto com as Superintendências Regionais do Trabalho com apoio das Polícias Civil, Militar e Ambiental dos estados.

É evidente que houve e há avanços e retrocessos no que diz respeito à erradicação do trabalho escravo, com adoção de políticas públicas, alterações legislativas e incremento da fiscalização. É evidente também que ainda há muito a fazer inclusive em relação a melhora na qualidade de vida, saúde, segurança, habitação e principalmente educação. Um povo sem cultura e educação é um povo de fácil manipulação e manobra e acaba sendo vítima de sua própria ignorância.

²⁶ <https://reporterbrasil.org.br/2022/01/brasil-fecha-2021-com-1937-resgatados-da-escravidao-maior-soma-desde-2013/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por escopo fazer uma abordagem geral (sem intuito de esgotar a temática) dos trabalhadores expostos à condição análoga à escravidão no Brasil. Esses trabalhadores representam parcela significativa da mão-de-obra explorada e relegada a informalidade e a escravidão por vezes, silenciosa, escondidas na maior parte das vezes na zona rural, em carvoarias, na indústria têxtil, enfim.

Em muitos casos esses trabalhadores saem de sua terra natal, aliciado por gatos em busca de melhores condições de vida para si e seus familiares. Essas pessoas acabam em propriedades rurais sem termos claros de emprego, sem registro formal na carteira de trabalho, excluídos da legislação trabalhista, com jornada de trabalho exaustiva, impossibilitados e privados do direito de ir e vir, pois, quase sempre são mantidos em constante vigilância, sem seus objetos e documentos pessoais.

Infelizmente, a falta de condições técnicas e estrutura dos órgãos fiscalizatórios, aliadas a morosidade da justiça fizeram com que o país sofresse algumas condenações na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo o Caso Fazenda Verde um dos mais peculiares. O Brasil foi o primeiro país a ser condenado por escravidão contemporânea. Um marco triste para a história nacional. Por outro lado, medidas importantes foram tomadas para que a prática escravizante seja erradicada, seja por meio de intensificação na fiscalização, seja por meio de políticas públicas.

O combate ao trabalho escravo, seja no âmbito que for, exige vigilância constante, coragem para se realizar a denúncia e mais ainda, coragem no enfrentamento do problema, como adoção de providencias emergenciais de atendimento ao trabalhador resgatado como abrigo emergencial, transporte, emissão das guias de Seguro-Desemprego, emissão de comunicação de acidente de trabalho quando cabível, encaminhamento para atendimento emergencial de saúde, providências para emissão de documentação civil, regularização migratória e eventual propositura de ação judicial.

Ações de fiscalização, engajamento social e incentivo governamental no combate à exploração do trabalho humano devem ser atreladas as políticas públicas de assistência social também no pós resgate, como inclusão social das pessoas resgatadas, encaminhamento ao local de origem ou onde estão seus familiares, assistência psicológica a programas de inserção no mercado de trabalho e de estudo.

REFERÊNCIAS

ARBEX, A.; GALIZA, M.; OLIVEIRA, T. *A política de combate ao trabalho escravo no período recente*. Mercado de trabalho. Repositório Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, DF, p. 111-137, abr. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8385>. Acesso em: 10.08.2022

BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 240, abr.-jun. 2005, p. 83-103.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Institui o Código Penal*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 dez. 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 10.08.2022

BRASIL. Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 11 maio 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=178&data=13/05/2016>>. Acesso em: 11.08.2022

BRASIL. Portaria n. 1.129/2017, de 29 de dezembro de 2017. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 dez. 2017. Disponível em: <http://impresanacional.gov.br/web/guest/consulta?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fimpresanacional.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fconsulta%3Fp_auth%3DZNI9EkbL%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=1497798&_101_type=content&_101_groupId=68942&_101_urlTitle=portaria-n-1-293-de-28-de-dezembro-de-2017-1497794&_101_redirect=http%3A%2F%2Fimpresanacional.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fconsulta%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_modifiedselection%3D1%26_3_keywords%3Descravo%26_3_modifieddayFrom%3D29%26_3_modifiedfrom%3D29%252F12%252F2017%26_3_modified%3D%255B20171229000000%2BTO%2B20171229235959%255D%26_3_groupId%3D0%26_3_modifiedto%3D29%252F12%252F2017%26_3_modifieddayTo%3D29%26_3_ddm_21040_pubName_pt_BR_sortable%3D%26_3_modifiedyearTo%3D2017%26_3_modifiedyearFrom%3D2017%26_3_modifiedmonthFrom%3D11%26_3_cur%3D1%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_modifiedmonthTo%3D11&inheritRedirect=true>. Acesso em: 11.08.2022.

BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2017*. Altera a Constituição Federal, para estabelecer que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitui crime imprescritível. Senado Federal, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128622>>. Acesso em: 14.08.2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. *Decreto Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno*. São Paulo: LTr, 2004.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno*. 4. Ed. São Paulo: LTr, 2016.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. *Neoabolucionismo & Direitos Fundamentais*. São Paulo: LTr, 2016.

CASO Sétimo Garibaldi: a seletividade penal brasileira em julgamento. Terra de Direitos, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/caso-setimo-garibaldi-a-seletividade-penal-brasileira-em-julgamento/19820>>. Acesso em: 14.08.2022.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório n.º 169/11. Caso 12.066: Admissibilidade e Mérito: Fazenda Brasil Verde. CIDH, Washington, D. C., 2011. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/2015/12066FondoPt.pdf>>. Acesso em: 11.08.2022.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 18ª. ed. São Paulo: LTr, 2019

GIL, Vilma Dias Bernardes. *Fiscalização e trabalho forçado*. In: FREDIANI, Yone; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli (Orgs.). *Direitos Fundamentais nas relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2015, p. 95-110.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10.08.2022

REPÓRTER Brasil. *O que é o trabalho escravo*. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 11.08.2022

SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. *Revista do MPT*. Brasília, Procuradoria Geral do Trabalho; São Paulo: LTr, n. 26, set. 2003.

SÃO PAULO. *Resolução n. 134 de 31 de maio de 1885*. Alterações e modificações ao código de posturas de 31 de Maio de 1885. (Lei n.62). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-134-07.06.1886.html>>. Acesso em: 11.08.2022

SÍTIO: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128622>. Acesso em 14.08.2022.

SÍTIO: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/dados-da-atuacao/corte-idh>. Acesso em 14.08.2022

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Os limites do combate à escravidão no Brasil: reflexões sobre o combate à escravidão contemporânea no Brasil a partir de uma perspectiva garantista e democrática dos direitos sociais. *Revista Trabalhista Direito e Processo*. Ano 7, n. 25, Jan/Mar, 2008a, São Paulo: LTr, 2008, p. 79-98.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. *Trabalho escravo: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil*. São Paulo: LTr, 2008.

Submetido em 02.10.2023

Aceito em 08.10.2023